



# HISTÓRIA E MÉTODO: UMA RELAÇÃO COMPLEXA VISTA POR UM TEÓLOGO

**Hermisten Maia Pereira da Costa**

Mestre e Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Professor e pesquisador do Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). *E-mail:* [hermisten@terra.com.br](mailto:hermisten@terra.com.br)

## RESUMO

---

Neste artigo, pontua-se a sua fé fundamentada nos relatos bíblicos. A partir daí, descreve-se a dificuldade do historiador em chegar à verdade dos fatos, dependendo sempre dos documentos de que dispõe, das versões que não são isentas de pressupostos e, também, dos pressupostos dos que leem o que leem e como leem. Admitindo essas e outras dificuldades, propõe-se que a busca da objetividade na procura da verdade, com todos os seus percalços, nunca deve ser abandonada.

## PALAVRAS-CHAVE

---

História. Método. Documentos. Interpretação. Pressupostos.

*Frequentemente, o historiador, por desprezo pela teoria, é joguete inconsciente de teorias implícitas e simplistas (LE GOFF, 1980, p. 15).*

*Há tantos tipos de história quantas razões sérias para estar interessado no passado, e tantas diferentes técnicas de pesquisa histórica quantos métodos racionais de seguir esses interesses (SKINNER, 1999, p. 88).*

*Estude o historiador antes de começar a estudar os fatos (CARR, 1996, p. 59).*

*Essa atitude positivista radical, que considera todos os pressupostos referenciais como ingenuidade teórica, acaba se tornando, à sua maneira, um positivismo invertido* (GINZBURG, 2011, v. 1, p. 347).

## 1. INTRODUÇÃO

Quando empregamos a palavra “história”, em geral, pensamos em um dos três sentidos: 1. um acontecimento; 2. o relato de algo que aconteceu (considerado verdadeiro ou mesmo fictício); ou 3. a ciência que se propõe a relatar o acontecido. Seguindo Huizinga (1994, p. 89), podemos afirmar que o segundo emprego no sentido positivo é o mais comumente utilizado.

A nossa palavra portuguesa “História” é proveniente do grego ἱστορία, (“historía”) que significa: “busca”, “averiguação”, “informação”, “inquirição”, “investigação”, “narração”, “pesquisa” (HERÁCLITO, 1969, Frag. 129; HUIZINGA, 1994, p. 89-90). O verbo ἱστορέω (“historéō”)<sup>1</sup> significa: “narrar”, “aprender por inquirição”, “interrogar”, “buscar”, “descrever”, “explorar”, “recitar”. Em Hipócrates (c. 460-380 a.C.), significa “dar testemunho a” (BÜSCHSEL, 1982, v. 3, p. 391). “Historía” é derivado de “sábio”, “conhecedor”. ἱστωρ (“Hístōr”), por sua vez, é do mesmo radical de οἶδα (= “eu sei”). Portanto, o “historiador” ἱστωρ é aquele “que sabe” (GLÉNISSEON, 1977, p. 13), “conhece e faz valer esse conhecimento”, é um “conhecedor da lei”, “juiz” (COROMINAS, 1954, v. 2, p. 926; BOISACQ, 1916, v. 2, p. 385).

Le Goff (1994, p. 17) oferece-nos mais detalhes a respeito destas palavras:

A palavra “história” [...] vem do grego antigo *historie*, em dialeto jônico. Esta forma derivada da raiz indo-europeia *wid-, weid-, ver-*. Daí o sânscrito *vettas* “testemunha” e o grego *histor* “testemunha” no sentido de “aquele que vê”. Esta concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à

---

<sup>1</sup> Ocorre uma vez no Novo Testamento, sendo traduzido como “avistar” (Gl 1.18) (ARA).

ideia que histor “aquele que vê” é também aquele que sabe; historein em grego antigo é “procurar saber”, “informar-se”. Historie significa pois “procurar”. É este o sentido da palavra em Heródoto, no início das suas Histórias, que são “investigações”, “procuras”.

Platão (427-347 a.C.) utilizou a palavra “História” como o processo de conhecimento, exame (PLATÃO, 1972, 96a); empregando-a também de forma espirituosa (PLATÃO, 1988, 437b). No *Fedro*, Platão apresenta a palavra com o sentido de “conhecimento” (PLATÃO, s. d., 244c). Em Aristóteles (384-322 a.C.), o termo denotava uma “informação adquirida mediante busca” (MORA, 1969, v. 1, p. 849).

Ainda que não possamos afirmar com certeza quando a palavra “História” passou a designar a ciência histórica, encontramos os seus indícios em Heródoto (s. d., I.1; II.19, 34, 99, 118, 119; VII.96) e Aristóteles, que considera a obra de Heródoto como “História” (Cf. 1973, v. 4, 1451b).

Aristóteles (1973, p. 1451b), estabelecendo uma distinção entre o trabalho do poeta e do historiador, escreveu:

Não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postos em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular.

O trabalho do poeta pode ser mais fascinante, no entanto, a realidade não se constrói do que poderia ter sido, mas sim do que acontece, portanto, precisamos trabalhar com os fatos

ou com aquilo que dos “fatos”<sup>2</sup> nos chegam às mãos. Além disso, os “fatos” que nos chegam, analisados episodicamente, não fazem sentido; antes, a história é que confere sentido ao fato, ao qual ele será incorporado (cf. DAWSON, 2010, p. 386).

## **2. O DIVINO E O HUMANO NA HISTÓRIA: UM TESTEMUNHO DE FÉ**

Quanto à *história da Igreja*, que se poderia cometer o erro de desprezar, eu devo acrescentar que sua função é enciclopédica: ela tem a honra de ser constantemente requisitada e ocupa um posto legítimo dentro do ensinamento cristão (cf. BARTH, 2006, p. 12).

O mundo não funciona apenas com crenças. Mas dificilmente consegue funcionar sem elas (GEERTZ, 2001, p. 155).

A concepção cristã de tempo, mesmo com as suas variações, influenciou diretamente todo o mundo ocidental. A compreensão de que o tempo tem um início, meio e fim era totalmente estranha às culturas pagãs (cf. VEITH JUNIOR, 2006, p. 22-23). A questão da história e do tempo é fundamental para o cristianismo pela sua própria constituição.

O cristianismo é uma religião de história (cf. CHARDSON, 1999, p. 15ss.). Ele não se ampara em lendas; antes, em fatos, os quais devem ser testemunhados, visto que têm uma relação direta com a vida dos que creem. O cristianismo é uma religião de fatos, palavra e vida. Os fatos, corretamente compreendidos, têm uma relação direta com a nossa vida. A fé cristã fundamenta-se no próprio Cristo: o Deus-

---

<sup>2</sup> Voltaire (1973, p. 209) disse que “A História é a narração dos fatos considerados verdadeiros”.

-Homem. Sem o Cristo histórico não haveria Cristianismo<sup>3</sup>. A sua força e singularidade estão neste fato, melhor dizendo: na pessoa de Cristo, não simplesmente nos seus ensinamentos (cf. MCGRATH, 2005, p. 23ss.). O cristianismo é o próprio Cristo. A encarnação é toda e inclusivamente missionária: o Verbo fez-se carne e habitou entre nós (Jo 1.14).

Bavinck (2011, p. 311) corretamente destaca a singularidade de Cristo para o Cristianismo:

Ele ocupa um lugar completamente único no Cristianismo. Ele não foi o fundador do Cristianismo em um sentido usual, ele é o Cristo, o que foi enviado pelo Pai e que fundou Seu reino sobre a terra e agora expande-o até o fim dos tempos. Cristo é o próprio Cristianismo. Ele não está fora, Ele está dentro do Cristianismo. Sem Seu nome, pessoa e obra, não há Cristianismo. Em outras palavras, Cristo não é aquele que aponta o caminho para o Cristianismo, Ele mesmo é o caminho.

Se as reivindicações divinas e redentivas do Jesus Cristo histórico são verdadeiras, como de fato são, a mensagem do Evangelho deve ser anunciada ao mundo para que aqueles que crerem sejam salvos.

Noll (2000, p. 16) resume bem ao dizer que: “Estudar a história do cristianismo é lembrar continuamente o caráter histórico da fé cristã” (cf. GREER JUNIOR, 2005, p. 400-401).

Sem o fato histórico da encarnação, morte e ressurreição de Cristo, podemos falar até de experiência religiosa, mas não de experiência cristã. A experiência cristã depende fundamentalmente desses eventos (cf. MACHEN, 2001, p. 77). É por

---

<sup>3</sup> Georges Duby (1999, p. 16), dentro de uma perspectiva puramente histórica, admite: “O Cristianismo, que impregnou fundamentalmente a sociedade medieval, é uma religião da história. Proclama que o mundo foi criado num dado momento e que, num outro, Deus fez-se homem para salvar a humanidade. A partir disso, a história continua e é Deus quem a dirige”. “Os historiadores insistiram com justeza sobre o fato de que o cristianismo é uma religião histórica, ancorada na história e se afirmando como tal” (LE GOFF, 2002, v. 2, p. 534). “O cristianismo, como também a religião de Israel, da qual ele nasceu, se apresenta como uma religião histórica de forma absolutamente concreta, em comparação à qual nenhuma das outras religiões do mundo pode se equiparar – nem mesmo o Islã, apesar de este se aproximar mais do cristianismo e do judaísmo, nesse sentido, que qualquer outra religião” (DAWSON, 2010, p. 343). Do mesmo modo: Bloch (2001, p. 58).

isso que a pregação da Igreja primitiva, conforme nos mostram as Escrituras, estava fundamentalmente amparada na certeza da ressurreição do Senhor<sup>4</sup>.

Quando focamos o nosso olhar na experiência, corremos o risco de perdermos a dimensão da essência, do referente, que é Deus. Neste processo, como escreveu Barth (2004, p. 217), “a passagem da *experiência* do Senhor à experiência de *Baal* é curta. O religioso e o sexual são extremamente semelhantes”.

Jesus Cristo é o clímax da Revelação; é a Palavra Final de Deus. Nele temos não uma metáfora ou um sinal, antes, temos o próprio Deus que Se fez homem na história.

Jesus Cristo é a revelação final e especial de Deus. Porque Jesus Cristo era verdadeiramente Deus Ele nos mostrou mais plenamente com quem Deus era semelhante do que qualquer outra forma de revelação. Porque Jesus foi também completamente homem, Ele falou mais claramente a nós do que pode fazê-lo qualquer outra forma de revelação (SIRE, 2004, p. 40).

Estes postulados fazem parte essencial da fé cristã. Creio essencial e totalmente nestes fatos e significado (cf. COSTA, 2008, 2012, 2014). Não há aqui nenhuma petição de desculpas ou algum embaraço acadêmico. Aliás, “Todo conhecimento é fé” (CLARK, 2013, p. 305). A fé não é o substitutivo ingênuo para a falta de fundamentos confiáveis, mas um modo de conhecer (cf. PLANTINGA; TOOLEY, 2014, p. 26; LE GOFF, 1994, p. 144-146; HESSEN, 1976, p. 193-201). E sem fé não há ciência (cf. COSTA, 2010)<sup>5</sup>. A busca da verdade nunca pode ser irrelevante (cf. CRAIG, 2010, p. 11) e, ainda que não possamos esgotar a verdade exaustivamente (cf. BERKHOF, 1990, p. 32; SCHAEFFER, 2002, p. 151), qualquer sistema que declare a impossibilidade de se chegar à verdade se constitui na assinatura prévia de obituário.

---

<sup>4</sup> “Gostemos ou não, não podemos escapar ao fato de que historicamente o Cristianismo foi fundado sobre a crença na ressurreição” (RICHARDSON, 1999, p. 24).

<sup>5</sup> “Toda ciência num certo grau parte da *fé* e, ao contrário, a fé que não leva à ciência é equivocada ou superstição, mas não é fé real, genuína. Toda ciência pressupõe fé em si, em nossa autoconsciência; pressupõe fé no trabalho acurado de nossos sentidos; pressupõe fé na correção das leis do pensamento; pressupõe fé em algo universal escondido atrás dos fenômenos especiais” (KUYPER, 2002, p. 137-138).

Continuemos.

Sabemos que a História da Igreja, bem como da Teologia, tem um lado *divino*: Deus dirige a História; e tem um lado *humano*: os fatos compartilhados por todos nós que a vivemos. Os atos de Deus na História não são objeto de análise do historiador; não somos Lucas, inspirados infalivelmente por Deus, apresentando uma interpretação inspirada<sup>6</sup>. A relação entre a história e a teologia é extremamente complexa e de difícil interpretação (cf. DE CERTEAU, 2002, p. 33ss.). Além disso, é preciso delimitar a esfera de domínio do historiador e do teólogo. Somos homens comuns, que procuramos estabelecer métodos, examinar documentos, fazer-lhes perguntas e interpretá-los a bem da melhor compreensão possível do que aconteceu. Nesse sentido, a História é uma ciência social, “cujo objeto é o conhecimento do processo de transformação da sociedade ao longo do tempo” (SODRÉ, 1962, p. 3). Ela tem como pressuposto a consciência de determinada ignorância – aliás, a consciência da ignorância é um requisito fundamental para o historiador –, para a qual buscaremos uma solução (cf. COLLINGWOOD, s. d., p. 21).

Contudo, não captamos o fato absolutamente; ele, como “conhecimento autêntico e seguro”, sempre nos escapa<sup>7</sup>; compreendemos sim as versões, as nossas versões dos fatos que julgamos serem coerentes com eles. No entanto, há uma interação mutativa: as *evidências* interferem em nossa cosmovisão e esta, por sua vez, fornece-nos novos cânones – provisórios, é verdade – de aproximação das mesmas evidências, que, agora, podem já não ser consideradas evidências.

O estudo do passado, se devidamente compreendido, ainda que não exaustivamente, pode nos levar a reavaliar as nossas próprias suposições que, em muitos casos, são “crenças correntes” (cf. SKINNER, 1999, p. 90) já tão bem estabelecidas que julgávamos acima de qualquer “suspeita”.

<sup>6</sup> Carson (2013, p. 38-39), constatando a secularização na prática e nos discursos, arrematou: “Hoje não existe um departamento de história na terra que aprovaria uma dissertação de doutoramento que tentasse inferir alguma coisa sobre a providência”.

<sup>7</sup> “O homem sente necessidade absoluta de chegar ao conhecimento autêntico do que verdadeiramente aconteceu, ainda que tenha consciência da pobreza dos meios de que para isso dispõe” (HUIZINGA, 1994, p. 92).



Georges Duby (1989, p. 110) colocou isto de forma bela e ao mesmo tempo angustiante: “Todo historiador se extenua para conseguir a verdade; essa presa escapa-lhe sempre”.

A história da Igreja, por exemplo, é uma ciência que não está atrelada a nenhuma ciência em particular. Como ciência histórica, deve apresentar um quadro histórico e cronológico dos principais fatos da vida da Igreja do período analisado. Para que isso seja feito com clareza, tornam-se necessárias fontes documentais, nas quais possamos nos basear para exaurir as informações de cada época, a fim de formular um quadro interpretativo coerente com os documentos disponíveis.

### 3. DOCUMENTOS E INTERPRETAÇÕES

---

Alguns indivíduos são mais atraídos pelo exótico do que outros, mas todos eles domesticam suas descobertas por meio de um processo de reinterpretação e recontextualização. Em outras palavras, leitores, ouvintes e observadores, são apropriadores e adaptadores ativos, em vez de receptores passivos (BURKE, 1997, p. 14).

No início de sua obra, Tucídides (1982, I.22), o “pai da história científica”, adverte aos seus leitores quanto à seriedade e ao objetivo de sua história:

Pode acontecer que a ausência do fabuloso em minha narrativa pareça menos agradável ao ouvido, mas quem quer que deseje ter uma ideia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará. Na verdade, ela foi feita para ser um patrimônio sempre útil, e não uma composição a ser ouvida apenas no momento da competição por algum prêmio.

O historiador assemelha-se a um arqueólogo<sup>8</sup> que se envolve existencialmente<sup>9</sup> com o passado, buscando por meio dos documentos compreender<sup>10</sup> o sentido do vivido, acontecido, sabendo, contudo, que os fatos nunca lhe parecerão como foram percebidos pelos contemporâneos<sup>11</sup>. Acontece que essa busca comprometida passa por uma seleção<sup>12</sup> e interpretação<sup>13</sup> – e estas são ditadas em grande parte pelo critério de “importância”, que, diga-se de passagem, varia extremamente de cultura para cultura e, também, dentro

---

<sup>8</sup> Posteriormente, encontrei essa expressão em Skinner (1999, p. 90), que afirma: “Um papel correspondente para o historiador do pensamento é o de agir como um tipo de arqueólogo, trazendo de volta para a superfície tesouros intelectuais enterrados, limpando sua poeira e possibilitando-nos reconsiderar o que pensamos dele”.

<sup>9</sup> “A história é uma aventura espiritual em que se compromete toda a personalidade do historiador. Para tudo dizer numa palavra, ela é dotada, para ele, de um valor existencial, é daí que recebe a sua seriedade, a sua significação e o seu valor” (MARROU, s. d., p. 183).

<sup>10</sup> “Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: ‘compreender’. Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimulemos, carregada de dificuldades, mas também de esperanças. Palavra, sobretudo, carregada de benevolência. É cômodo gritar ‘à força’. Jamais compreendemos o bastante” (BLOCH, 2001, p. 128).

<sup>11</sup> Ariès (2001) relembra uma história contada por Lucien Febvre a respeito do Rei Francisco I de França, que, após passar uma noite nos braços da amante, voltando para o seu castelo ouve um sino na igreja. Emocionado, entrou na igreja para assistir à missa e orar devotamente. Relembra outro caso a respeito de Margarida de Navarra, irmã de Francisco I, que escrevia uma coletânea de textos licenciosos (*Heptamerão*) e outra coletânea de poemas espirituais (*O espelho de uma alma pecadora*), “sem escrúpulos exagerados”. Ariès (2001, p. 154) conclui: “Certas coisas, portanto, eram concebíveis, aceitáveis, em determinada época, em determinada cultura, e deixavam de sê-lo em outra época e numa outra cultura. O fato de não podermos mais nos comportar hoje com a mesma boa-fé e a mesma naturalidade de nossos dois príncipes do século XVI, nas mesmas situações, indica precisamente que interveio entre elas e nós uma mudança de mentalidade. Não é que não tenhamos mais os mesmos valores, mas que os reflexos elementares não são mais os mesmos”. Veja-se também: Febvre (1970, p. 118ss).

<sup>12</sup> Carr (1996, p. 48) acentua que “o historiador é necessariamente um selecionador”. Bloch (2001, p. 128): “Assim como todo cientista, como todo cérebro que, simplesmente, percebe, o historiador escolhe e tria. Em uma palavra analisa”. Mais recentemente, Paul Johnson (2001, p. 11): “Composto de acontecimentos pequenos e grandes que se furtam a uma avaliação precisa, o passado é infinitamente complicado. Para obter dele um sentido, o historiador precisa selecionar, simplificar e dar forma”.

<sup>13</sup> “De um modo geral, o historiador conseguirá o tipo de fatos que ele quer. História significa interpretação” (CARR, 1996, p. 59).

de cada período histórico; por isso que ao historiador não cabe apenas recontar – considerando que a precisão do “acontecido” deve ser uma obrigação –,<sup>14</sup> mas interpretar, dar forma (cf. HUIZINGA, 1994, p. 92), analisar, julgar, conjecturar,<sup>15</sup> emitir o seu juízo de valor, tentando pôr-se no lugar dos personagens, esforçando-se por entender a sua forma de pensar<sup>16</sup> e, conseqüentemente, de ver o mundo<sup>17</sup>. Daí a relevância do “esquecimento” neste processo: “Quando nos aproximamos de um pensamento que não é o nosso se torna importante tentar esquecer aquilo que sabemos ou pensamos saber” (ROSSI, 2001, p. 29; cf. ROSSI, 2010). Para que possamos “atualizar” a história, é necessário assimilar de forma compreensiva o modo de pensar, de raciocinar e de perceber a realidade daqueles a quem estudamos.

Desse modo, a história adquire sempre um sentido de contemporaneidade, já que o passado é visto pela óptica do presente dentro de uma perspectiva de interesse atual<sup>18</sup>. Portanto, o historiador é sempre um ser ativo em sua relação epistemológica com o “fato” conhecido e consigo mesmo – com seus métodos e percepção. Desse modo, a simples existência desse fato determina um grau imprescindível de subjetividade<sup>19</sup>. A ciência, seja ela qual for, não ocorre num vácuo asséptico conceitual quer

<sup>14</sup> “A história nunca é o simples recontar do passado como realmente foi. É, inevitavelmente, uma interpretação do passado, uma visão retrospectiva do passado limitada tanto pelas fontes em si quanto pelo historiador que as seleciona e interpreta” (GEORGE, 1994, p. 17).

<sup>15</sup> “O historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjetural” (GINZBURG, 1989, p. 150).

<sup>16</sup> “A história não pode ser escrita a menos que o historiador possa atingir algum tipo de contato com a mente daqueles sobre quem está escrevendo” (CARR, 1996, p. 60).

<sup>17</sup> “O trabalho do historiador não consiste nem em rejeitar o passado nem em idealizá-lo, mas em compreendê-lo” (MELLO, 1996, p. 5).

<sup>18</sup> “Para que escrever a história, se não for para ajudar seus contemporâneos a ter confiança em seu futuro e a abordar com mais recursos as dificuldades que eles encontram cotidianamente? O historiador, por conseguinte, tem o dever de não se fechar no passado e de refletir assiduamente sobre os problemas de seu tempo” (DUBY, 1999, p. 9).

<sup>19</sup> Veja-se: Schaff (1995, p. 280ss). “É preciso admitir que o conhecimento objetivo só pode ser um amálgama do que é objetivo e do que é subjetivo, dado que o conhecimento é sempre obra de um sujeito; mas é preciso também admitir que o *progresso* no conhecimento e a evolução do saber adquiridos graças a ele só são possíveis se transpondo as formas concretas, sempre diferentes, do fator subjetivo” (SCHAFF, 1995, p. 294-295).

seja religioso, quer filosófico, quer cultural<sup>20</sup>. A nossa percepção e ação fundamentam-se em nossos pressupostos<sup>21</sup>, os quais são reforçados, transformados, lapidados ou abandonados em prol de outros, conforme a nossa percepção dos “fatos”. A questão epistemológica antecede a práxis e, em grande parte, a determina. Como escreveu Burke (1992, p. 15):

Por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados à cor, credo, classe ou sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular. O relativismo cultural obviamente se aplica tanto à própria escrita da história quanto a seus chamados objetos. Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra.

Somos, de certo modo, “domesticadores” do real por meio de nossa apropriação interpretativa a qual segue sempre a lógica de nossa perspectiva que é decorrente de nossa posição no mundo (cf. BURKE, 1997, p. 14). Ou como expressou De Certeau (2002, p. 33):

Ainda que isto seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. Com efeito, tanto uma quanto a outra se organizam em função de problemáticas impostas por uma situação.

Consciente disso, o historiador deve ter como princípio orientador a não paixão sem medida, que o conduziria fatalmente a um bloqueio intelectual e à assunção de determinadas conclusões gratuitamente<sup>22</sup>. Em contrapartida, essa consciên-

---

<sup>20</sup> Veja-se: Pearcy e Thaxton (2005, p. 9-12; 294). Posteriormente, li: “A reflexão teológica [...] nunca ocorre em um vácuo social ou cultural” (MACGRATH, 2014, p. 22).

<sup>21</sup> “As pressuposições ainda determinam nossos destinos, mesmo a despeito de alguma inconsistência no caminho” (MCGREGOR WRIGHT, 1998, p. 15).

<sup>22</sup> “Obviamente o historiador, como qualquer outro indivíduo, tem suas próprias tendências ideológicas e como não é possível não tê-las, o aconselhável é tratar de submetê-las a uma vigilância permanente” (MELLO, 1996, p. 5). Veja-se especialmente: Tucídides (1982, I.21).

cia não nos pode conduzir ao caminho “fácil” do ceticismo, pois aí teríamos o caos petrificado, que seria, por um lado, a fuga do problema com o qual temos que conviver e superar e, por outro, o aniquilamento de qualquer tentativa honesta e científica de superação<sup>23</sup>. Um esforço honesto e positivo é-nos fornecido por Adam Schaff (1995, p. 293):

Um dos poderosos motores da autocrítica científica, que deveria caracterizar em permanência a obra do cientista e ser a garantia da sua vitalidade, é a consciência do condicionamento social e das limitações subjetivas do conhecimento; consciência que, sensível em primeiro lugar sob a sua forma teórica geral, conduz em seguida o cientista a pôr em questão a sua própria obra, a uma reflexão mais sistemática sobre o condicionamento social das suas próprias posições, sobre os limites e as deformações eventuais dos seus próprios pontos de vista sob o efeito do fator subjetivo.

Como se pode depreender também, o historiador necessitará sempre de documentos. A história faz-se com documentos e com o uso que fazemos deles<sup>24</sup>. O historiador e os fatos mantêm uma relação de compromisso e identidade: eles são o que são enquanto o são para o outro. Há aqui um condicionamento recíproco entre o sujeito e o objeto.

---

<sup>23</sup> “A forma mais rasteira de reconhecimento intelectual que uma pessoa, que não tem profundidade em sua análise intelectual, pode apresentar, o modo mais rápido e vil para alcançar uma respeitabilidade intelectual enganosa, é o cinismo” (SPROUL, 2009, p. 13).

<sup>24</sup> “O historiador não é esse nigromante que nós imaginávamos, capaz de evocar a sombra do passado por meio de processos encantatórios. Não podemos alcançar o passado diretamente, mas só através dos traços, inteligíveis para nós, que deixou atrás dele, na medida em que estes traços subsistiram, em que nós os encontramos e em que somos capazes de os interpretar” (MARROU, [s.d.], p. 61). Li posteriormente: “Os fatos, mesmo se encontrados em documentos, ou não, ainda têm de ser processados pelo historiador antes que se possa fazer uso deles: o uso que se faz deles é, se me permitirem colocar dessa forma, o processo do processamento” (CARR, 1996, p. 52). À frente: “Naturalmente, os fatos e os documentos são essenciais ao historiador. Mas que não se tornem fetiches. Eles por si mesmos não constituem a história” (1996, p. 55). Do mesmo modo, Le Goff (1980, p. 9): “A história faz-se com documentos e ideias, com fontes e com imaginação”. “Nenhuma ciência seria capaz de prescindir da abstração. Tampouco, aliás, da imaginação” (BLOCH, 2001, p. 130). Por documento é necessário que entendamos não apenas os textos escritos; daí a necessidade da interdisciplinaridade na tentativa de compreender a história.

Carr (1996, p. 65) acentua:

O historiador não é um escravo humilde nem um senhor tirânico de seus fatos. A relação entre o historiador e seus fatos é de igualdade e de reciprocidade. Como qualquer historiador ativo sabe, se ele pára para avaliar o que está fazendo enquanto pensa e escreve, o historiador entra num processo contínuo de moldar seus fatos segundo sua interpretação e sua interpretação segundo seus fatos. É impossível determinar a primazia de um sobre o outro. [...] O historiador e os fatos históricos são necessários um ao outro. O historiador sem seus fatos não tem raízes e é inútil; os fatos sem seu historiador são mortos e sem significado<sup>25</sup>.

Isto revela, por um lado, a necessidade de cautela na elaboração de nossos juízos históricos, que, especialmente na juventude, tendem a ser tão dogmáticos e conclusivos<sup>26</sup> e, por outro lado, mostra os limites do historiador: não dispomos de tudo que precisaríamos ou gostaríamos, não conseguimos captar toda a extensão do que dispomos, não temos todas as perguntas, não encontramos todas as respostas. Somos finitos, limitados, tentando entender e sistematizar os fragmentos com os quais nos deparamos e, muitas vezes, faltam-nos mais pedaços do que de fato os temos. “O historiador deve lembrar-se a tempo que é um simples homem e que convém aos mortais pensar como mortais” (MARROU, s. d., p. 51; cf. SCHAFF, 1995, p. 284).

Devemos notar também que o fato de termos as mesmas evidências em mãos não nos conduz necessariamente ao

---

<sup>25</sup> O conceito de “fato” em termos diferentes seria o mesmo de “acontecimento”; só há “acontecimento” se o mesmo for percebido por alguém (cf. DUROSELLE, 2000, p. 19). “Não há história sem acontecimentos. A história trata de acontecimentos” (DUROSELLE, 2000, p. 20).

<sup>26</sup> Peter Burke (1999, p. 19), revisando seu livro trinta anos depois, diz: “Em essência, contudo, sou o mesmo autor (apesar dos cabelos brancos e da crescente cautela, senão prudência), e este é o mesmo livro”. Marc Bloch (1886-1944), em suas anotações inacabadas, reflete: “Quanto a isso, o que me importa a decisão retardatária de um historiador? Apenas lhe pedimos que não se deixe hipnotizar por sua própria escolha a ponto de não mais conceber que uma outra, outrora, tenha sido possível. A lição do desenvolvimento intelectual da humanidade é no entanto clara: as ciências sempre se mostram mais fecundas e, por conseguinte, muito mais proveitosas, enfim, para a prática, na medida em que abandonam mais deliberadamente o velho antropocentrismo do bem e do mal” (BLOCH, 2001, p. 127).

mesmo ponto; os nossos pressupostos, explícitos ou não, têm papel relevante em nossas escolhas, mesmo que os neguemos. Em nome de outros pressupostos que amiúde estão na parte imersa do “iceberg”. Jacob Burckhardt (1991, p. 21), referindo-se à sua obra magna sobre o Renascimento (1855), admitiu que: “[...] os mesmos estudos realizados para este trabalho poderiam, nas mãos de outrem, facilmente experimentar não apenas utilização e tratamento totalmente distintos, como também ensejar conclusões substancialmente diversas”<sup>27</sup>.

Isso não significa que a História seja simplesmente “subjetiva”; antes, o que devemos ter sempre diante de nós é que a nossa interpretação não é “absoluta”, ainda que possa ser “objetiva”<sup>28</sup>; “as verdades parciais, fragmentárias, não são erros; constituem verdades objetivas, se bem que incompletas”. Portanto, nem por isso aquilo que fazemos hoje como historiador é sem valor. É mediante a junção, a comparação e a superação das interpretações que podemos cada vez mais ter uma visão mais abrangente dos fenômenos históricos, ou melhor, dos acontecimentos e, também, contribuirmos numa esteira infundável para o progresso do conhecimento<sup>29</sup>. A figura

<sup>27</sup> Do mesmo modo, Delumeau (1984, v. 1, p. 21): “Identificar um caminho não implica achá-lo sempre belo, como não implica que não haja outro possível”.

<sup>28</sup> Cabe aqui uma distinção entre “objetividade psicológica”, que seria uma espécie de ausência de preconceitos ou falta de compromisso com o tema e a “objetividade racional”, que consiste na capacidade de entender o assunto em pauta, discernindo o que é positivo e bem fundamentando do seu oposto. A “objetividade racional” indica o fato de que por termos posições definidas em determinados assuntos, não nos impede de analisar com clareza e integridade as posições diferentes. O nosso viés pode dificultar, porém, não impossibilita a nossa avaliação “objetiva” da realidade. Caso contrário, seria impossível, por exemplo, ser um professor academicamente honesto (cf. MORELAND; CRAIG, 2005, p. 192-193).

<sup>29</sup> O próprio Burke (1991, p. 126-127), passando em revista a contribuição da *Escola de Annales*, resume: “Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo de *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais. [...] A historiografia jamais será a mesma”.

do gigante usada para referir-se à ciência<sup>30</sup> também pode ser utilizada aqui: todo historiador equivale a um anão sobre os ombros de gigantes, se valendo das contribuições de seus predecessores, a fim de poder enxergar um pouco além deles.

No entanto, não deixa de ser pertinente a recomendação de Hegel (1974, p. 166) aos seus alunos de filosofia (1816): “As fontes da história da filosofia não são os historiadores, mas os próprios fatos a nós presentes, ou sejam as obras dos filósofos; são estas as verdadeiras e próprias fontes, e quem quiser estudar a sério a história da filosofia deve remontar a elas”<sup>31</sup>.

## 4. OS PRESSUPOSTOS E O MÉTODO

### 4.1 MAQUIAVEL

Niccolò Machiavelli (1469-1527) é considerado “o fundador do pensamento político moderno” (CONDREN, 1983, p. 93 e 100)<sup>32</sup>. Todavia, a sua figura e ideias se constituem uma imagem difusa, em que os conceitos históricos são dos mais variados, contribuindo de forma eloquente para uma constatação cada vez mais evidente de que a análise de Maquiavel e de sua obra é algo extremamente complexo.

---

<sup>30</sup> Analogia feita primariamente por João de Salisbury (c. 1110-1180) (cf. ABBAGNANO; VISALBERGHI, 1990, p. 203). Parece que essa figura também foi empregada por outro teólogo medieval, “que morreu quase 300 anos antes de Lutero nascer Pedro de Blois” (cf. GEORGE, 1994, p. 23). Newton mais tarde (5.2.1676) em carta Robert Hooke, supostamente referindo-se a Kepler (1571-1630), Galileu (1564-1643) e Descartes (1596-1650), entre outros, também faria uso dessa analogia (cf. ABBAGNANO; VISALBERGHI, 1990, p. 280; HAWKING, 2005, p. XI, 441).

<sup>31</sup> No entanto, Hegel (1974, p. 167) sabia da impossibilidade de praticar isso ao pé da letra: “É certo que, por serem muito numerosas, não se pode seguir este único caminho; para muitos filósofos é inevitável termo-nos de servir de outros escritores, e, para alguns períodos, as obras fundamentais dos quais nos não chegaram, por exemplo, para a mais antiga filosofia grega, forçoso é recorrer a historiadores e a outros escritores”.

<sup>32</sup> Abbagnano (1984, v. 5, § 345, p. 56) o chama de “primeiro escritor político da Idade Média”.



Russel (1967, v. 1, p. 20) o acha “chocante”, contudo, admite que “muitos outros homens também o seriam, se fossem igualmente livres de hipocrisia”. Por isso, admite que “grande parte da difamação convencional ligada ao seu nome deve-se à indignação dos hipócritas, que odeiam o franco reconhecimento das más ações”.

Entre os conceitos divergentes formulados ao longo da história a respeito de Maquiavel, podemos citar, a título de amostra, o emitido pelo Cardeal-Arcebispo de Canterbury, Reginald Pole, que declarou que *O príncipe* (1513) foi redigido “pela mão do Demônio” (cf. CHEVALLIER, 1982, p. 45). É bom lembrar que, no Concílio de Trento (1545-1563), *O príncipe* foi condenado e colocado no Índice (cf. CHEVALLIER, 1982, p. 45; BERLIN, 1982, p. 129).

Em outra vertente, temos o testemunho de Baruch Espinosa (1973, I.5.7, p. 329), em sua obra publicada postumamente (1677), *Tratado Político*, no qual diz:

Talvez Maquiavel tenha querido, também, mostrar o quanto a população se deve defender de entregar o seu bem-estar a um único homem que, se não é fútil ao ponto de se julgar capaz de agradar a todos, deverá constantemente recear qualquer conspiração e, por isso, vê-se obrigado a preocupar-se consigo próprio e, assim, a enganar a população em vez de a salvar. E estou tanto mais disposto a julgar assim acerca deste habilíssimo autor quanto mais se concorda em considerá-lo um partidário constante da liberdade e quanto, sobre a maneira necessária a conservar, ele deu opiniões muito salutares.

Contudo, o testemunho favorável a Maquiavel mais famoso, é o de J.-J. Rousseau (1973, III.6. p. 95; cf. ARON, 1985, p. 99ss.), no seu *Contrato social* (1762), quando diz que o autor “fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos, *O príncipe* de Maquiavel é o livro dos republicanos”.

Nessa linha, talvez esteja correto Merleau-Ponty (1979, p. 76) ao declarar: “Maquiavel é o oposto a um maquiavélico, pois descreve as manhas do poder, pois, como se disse, ‘divulga um segredo’”.

Um contemporâneo nosso, brasileiro, diplomata de carreira, Marcílio Marques Moreira (1982, p. 113), afirma no

mesmo diapasão que “Maquiavel pode e deve ser considerado como precursor da tradição democrática moderna”.

Strauss (1996, p. 287) observa que Maquiavel ao defender de forma pública ideias antigas e amplamente praticadas, teve o seu nome associado a esses ensinamentos:

Maquiavel é o único pensador político cujo nome entrou no uso comum para designar um tipo de política que existe e que seguirá existindo qualquer que seja a sua influência, uma política guiada exclusivamente por considerações de conveniência, que emprega todos os meios, justos ou injustos, o aço ou veneno, para alcançar seus fins – sendo seu fim o engrandecimento da própria pátria –, porém também colocando a pátria ao serviço do engrandecimento do político ou estadista, ou do próprio partido<sup>33</sup>.

## 4.2 C. S. LEWIS

---

Mudando totalmente o que deve ser mudado, no século XX, C. S. Lewis (1898-1963), em mais uma de suas ficções, cria um personagem demoníaco (1941) que, por meio de cartas infernais (ou seriam celestiais?) ensinando ao demônio mais jovem como solapar com sutileza a igreja, termina por nos mostrar algumas estratégias de Satanás.

Ora, se conseguirmos fazer com que os homens fiquem a formular perguntas assim: “isto está em consonância com as tendências gerais dos movimentos contemporâneos? É progressista, ou revolucionário? Obedece à marcha da História?” então os levamos a negligenciar as questões efetivamente relevantes. E o caso é que as perguntas que assim insistirem em formular são irrespondíveis; visto que não conhecem nada do futuro e o que o futuro haverá de ser dependerá muitíssimo, exatamente, da-

---

<sup>33</sup> De modo ilustrativo do que foi dito no *Dicionário de política* editado por Bobbio e outros, no verbete *Maquiavelismo*, lemos: “[...] expressão usada especialmente na linguagem ordinária para indicar um modo de agir, na vida política ou em qualquer outro setor da vida social, falso e sem escrúpulos, implicando o uso da fraude e do engano mais que da violência” (PISTONE, 1994, v. 2, p. 738).

queelas preferências a propósito das quais buscam socorro do futuro. Como consequência, enquanto suas mentes ficam assim a zumbir nesse verdadeiro vácuo, temos nossa melhor oportunidade de até imiscuir-nos para forçá-los à ação correspondente aos nossos propósitos. A obra já realizada neste sentido é enorme (LEWIS, 1964, p. 160-161).

---

### 4.3 JEAN DE LÉRY

Ao ler o primoroso trabalho de Medeiros (2012), fiquei impossível não traçar estes paralelos: Do sapateiro missionário calvinista Jean de Léry (1951), falando sobre os tupinambás terminou por descrever aspectos marcantes e vivos em sua mente a respeito do povo francês e das guerras religiosas no século XVI que tanto o angustiavam (cf. GAFFAREL, 1951, p. 11-17).

Em sua narrativa, tão admiravelmente objetiva, descortina-nos o ambiente do narrador. É por isso que a plena objetividade é impossível: o que vê, além de ver parcialmente, é um ser subjetivo que percebe a realidade por mediações, a começar pela mais intensa de todas, às quais todas as outras se submetem. Ele é um ser finito e contingente.

---

### 4.4 MEU MUNDO E TUDO MAIS

“As pessoas agem de acordo com a sua visão de mundo. [...] De maneira que pensa, um homem é” (SCHAEFFER, 2003, p. 144).

Vivemos a nossa cosmovisão ou ela não é a nossa cosmovisão (SIRE, 2012, p. 195).

Sem preconceitos não se pode formar juízos. Nos preconceitos, e somente neles, encontramos os elementos para julgar. Lógica, ética e estética são literalmente três preconceitos, graças aos quais o homem se mantém flutuando sobre a superfície da zoologia, e

libertando-se no lacustre artifício, vai lavrando a cultura liberrimamente, racionalmente, sem intervenção de substâncias místicas nem outras revelações que a revelação positiva, sugerida ao homem de hoje pelo que foi feito pelo homem de ontem. Os preconceitos iniciais dos pais servem como uma purificação de juízos que produzem os preconceitos para a geração dos filhos, e assim em denso crescimento, em estreita solidariedade no decorrer da história. Sem essa condensação tradicional dos preconceitos não há cultura (ORTEGA Y GASSET, 2010, p. 125-126).

Qual é a matriz de nosso pensamento? Queiramos ou não, gostemos ou não, temos matrizes que conferem determinado sentido à realidade por ela ser percebida como tal. A realidade é o que é; no entanto, nós a percebemos mediante contornos conferidos e mediados por nossa experiência. No que acreditamos, de certa forma, determina a construção de nossa identidade. Isto é válido dentro de uma perspectiva cultural como individual. Cada época é caracterizada por determinadas crenças, as quais moldam a sua visão de mundo (cf. MCGRATH, 2005, p. 19). Todos temos a nossa filosofia, adequada ou não, de vida (cf. MORELAND; CRAIG, 2005, p. 27-28). Essa filosofia é a nossa cosmovisão<sup>34</sup>. É esta cosmovisão que nos permite ser como somos, fornecendo elementos de padronização para a nossa cultura. Schaeffer (2010, p. 258) está correto ao declarar que “as ideias nunca são neutras ou abstratas. Têm consequências na maneira como vivemos e agimos em nossa vida pessoal e na cultura como um todo”<sup>35</sup>. Toda cosmovisão traz consequências epistemológicas determinantes de nossa conduta.

A nossa forma de aproximação do objeto já indica onde estamos. Em certa ocasião, vi parte de um filme no qual o criminoso foi fotografado enquanto assassinava sua vítima.

---

<sup>34</sup> “Uma cosmovisão é uma série de crenças, um sistema de pensamentos, sobre as questões mais importantes da vida. A cosmovisão de uma pessoa é sua filosofia” (CRAMPTON; BACON, 2010, p. 13).

<sup>35</sup> “Cosmovisão é um compromisso, uma orientação fundamental do coração que pode ser expresso como uma estória ou num conjunto de pressuposições (suposições que podem ser verdadeiras, parcialmente verdadeiras ou totalmente falsas) que sustentamos (consciente ou subconscientemente, consistente ou inconsistentemente) sobre a constituição básica da realidade, e que fornece o fundamento no qual vivemos, nos movemos e existimos” (SIRE, 2012, p. 179).

Quando o fotógrafo o procurou com a foto, o assassino disse para ele em qual prédio e andar ele estava no momento do clique; isto apenas pelo ângulo da foto. Digamos assim: vemos o que vemos e como vemos pelo andar e janela na qual nos encontramos. A partir daí, podemos até dizer em que tipo de construção intelectual estamos abrigados.

Todo conhecimento parte de um pré-conhecimento que é-nos fornecido pela nossa condição ontologicamente finita e pelas circunstâncias temporais, geográficas, intelectuais e sociais dentro das quais construímos as nossas estruturas de conhecimento. Afinal, a humanidade atesta a sua humanidade; a criatura demonstra a sua condição. Não existe neutralidade existencial porque, de fato, não há neutralidade ontológica (cf. ROOKMAAKER, 2010, p. 39). Essa realidade pré-julgadora na maioria das vezes é-nos imperceptível. O que pensamos determina a nossa visão e compreensão do objeto. Numa relação de conhecimento, o cérebro influencia mais o olho do que o olho influencia o cérebro. É por isso que a visão que tenho, ainda que tenha como conteúdo um forte elemento referente, é minha visão, com suas particularidades<sup>36</sup>. “Com as ideias, pois, vemos as coisas e na atitude natural da mente não nos damos conta daquelas, do mesmo modo que o olho, ao olhar não se vê a si mesmo. Dito de outro modo, pensar é o afa de captar mediante ideias a realidade; o movimento espontâneo da mente vai dos conceitos ao mundo”, pontua Ortega y Gasset (2008, p. 64).

As nossas ênfases revelam não simplesmente os nossos pensamentos e valores, como, também, aspectos da realidade como os percebemos. A concatenação de nossas ideias e a estruturação de prioridades, dentro da fluidez histórica, assumem aspectos relativos. Desse modo, por exemplo, quando lemos um autor devemos entender também o seu tempo, a sua forma de pensar e os pontos que visava destruir, consolidar ou mesmo transformar. Toda obra é, de certa forma,

---

<sup>36</sup> “Você não precisa acreditar em tudo o que pensa, e a razão é simples: nós vemos o que queremos ver. [...] O nervo óptico, o único nervo com ligação direta com o cérebro, na verdade transmite mais impulsos do cérebro para o olho do que vice-versa. Isto significa que seu cérebro determina o que o olho vê. Você já está condicionado. É por isso que, se quatro pessoas presenciarem um acidente, cada uma vai relatar algo diferente. Precisamos nos lembrar, e ensinar aos outros, que não devemos acreditar em tudo o que pensamos” (WARREN, 2013, p. 27).

dialogal, explícita ou implicitamente<sup>37</sup>. Portanto, ninguém pode se ufanar de passar incólume por esse processo. Cada época nos diz algo de seus atores e cada ator histórico nos fala direta ou indiretamente do cenário que o inspira, dentro do qual ele foi criado e, de certa forma, delimita a sua própria percepção da realidade.

Só existe possibilidade de conhecimento porque, entre outras coisas, antes de nós percebermos, há um objeto referente que, por existir, possibilita o conhecer. Desse modo, o ser antecede ao sujeito que conhece e, portanto, ao próprio conhecer. Somente em Deus há a perfeita harmonia e coexistência entre o ser e o conhecer. Em nossa finitude, a essência precede a experiência, e esta modela a nossa cosmovisão. Fazer uma inversão aqui seria algo avassalador para a nossa epistemologia e, conseqüentemente, para a nossa práxis.

Somos em muitos sentidos parte de um produto cultural, filhos de uma geração com uma série de valores que determinam em grande parte as nossas pré-compreensões.

Valendo-se de uma figura de Aristóteles, Mohler Junior (2010a, p. 66) faz uma aplicação interessante e elucidativa:

A última criatura a quem você deveria perguntar como é se sentir molhado é a um peixe, porque ele não faz ideia de que *esteja* molhado. Uma vez que nunca esteve seco, ele não tem um ponto de referência. Assim somos nós, quando se trata de cultura. Somos como peixes no sentido de que não temos sequer a capacidade de reconhecer onde a nossa cultura nos influencia. Desde a época em que estávamos no berço, a cultura tem formado nossas esperanças, perspectivas, sistemas de significado e interpretação, e até mesmo nossos instrumentos intelectuais<sup>38</sup>.

Portanto, a realidade se mostra a nós com contornos próprios delineados não simplesmente pelo que ela é, mas, também, pelos nossos olhos que a enxergam e pinçam fragmentos desta realidade, conferindo-lhes novas configurações com cores mais ou menos vivas, atribuindo-lhes valores muitas vezes bastante distintos dos reais.

---

<sup>37</sup> Posteriormente, li Mohler Junior (2010b, p. 9) nos *Agradecimentos* de seu livro, afirmando: “Salvo raríssimas exceções, livros representam uma conversa”.

<sup>38</sup> Lewis (s. d., p. 20-21) se vale parcialmente desta figura, argumentando: “Nós nos sentimos molhados, se cairmos na água, porque não somos animais aquáticos: um peixe não se sente molhado”.

Como sabemos, todos trabalham com os seus pressupostos, explícitos ou não, consistentes ou não, plenamente conscientes deles ou apenas parcialmente<sup>39</sup>. Os pressupostos se constituem na janela (quadro de referência), por meio da qual vejo a realidade; o difícil é identificar a nossa janela, ainda que sem ela nada enxerguemos<sup>40</sup>. Assim, falar sobre a nossa cosmovisão<sup>41</sup>, além de ser difícil verbalizá-la, é paradoxalmente desnecessário. Parece que há um pacto involuntário de silêncio, o qual aponta para um suposto conhecimento comum: todos conhecemos a nossa cosmovisão. Desse modo, só falamos se falamos e quando falamos de nossa cosmovisão, é para os outros, os estranhos, não iniciados em nossa forma de pensar. Sire (2004, p. 21-22) resume bem isso:

Uma cosmovisão é composta de um conjunto de pressuposições básicas, mais ou menos consistentes umas com as outras, mais ou menos verdadeiras. Em geral, não costumam ser questionadas por nós mesmos, raramente ou nunca são mencionadas por nossos amigos, e são apenas lembradas quando somos desafiados por um estrangeiro de outro universo ideológico.

<sup>39</sup> “Todas as pessoas têm seus pressupostos, e elas vão viver de modo mais coerente possível com estes pressupostos, mais até do que elas mesmas possam se dar conta. Por pressupostos entendemos a estrutura básica de como a pessoa encara a vida, a sua cosmovisão básica, o filtro através do qual ela enxerga o mundo. Os pressupostos apoiam-se naquilo que a pessoa considera verdade acerca do que existe. Os pressupostos das pessoas funcionam como um filtro, pelo qual passa tudo o que elas lançam ao mundo exterior. Os seus pressupostos fornecem ainda a base para seus valores e, em consequência disto, a base para suas decisões” (SCHAEFFER, 2003, p. 11). “Nenhum homem, seja ele um cientista ou não, consegue trabalhar sem pressuposições” (VAN TIL, 2010, p. 23).

<sup>40</sup> “Seria atenuar os fatos dizer que a cosmovisão ou visão de mundo é um tópico importante. Diria que compreender como são formadas as cosmovisões e como guiam os limitam o pensamento é o passo essencial para entender tudo o mais. Compreender isso é algo como tentar ver o cristalino do próprio olho. Em geral, não vemos nossa própria cosmovisão, mas vemos tudo olhando por ela. Em outras palavras, é a janela pela qual percebemos o mundo e determinamos, quase sempre subconscientemente, o que é real e importante, ou irreal e sem importância” (JOHNSON, 2006, p. 11).

<sup>41</sup> “Em essência, é um conjunto de pressuposições (hipóteses que podem ser verdadeiras, parcialmente verdadeiras ou inteiramente falsas) que sustentamos (consciente ou inconscientemente, consistente ou inconsistentemente) sobre a formação básica do nosso mundo” (SIRE, 2004, p. 21).

Assim, o historiador trabalhará sempre com os seus pressupostos; todavia, ele deverá esforçar-se para que eles não interfiram na evidência dos “fatos”, a fim de não sacrificar a “verdade” por sua paixão, que as evidências, por sua clareza, revelam ser equivocada. Dentro desta linha de raciocínio, escreveu o filósofo Hirschberger (1969, p. 20):

Uma absoluta ausência de preconceitos nunca houve nem jamais haverá, porque todo cultor das ciências do espírito é filho de seu tempo, sem poder ultrapassar sua própria capacidade; e, em particular, haverá sempre de julgar em dependência dos valores e cosmovisões mais recentes, do que talvez jamais tenha suficiente consciência<sup>42</sup>. Disto não se conclui que devemos renunciar de todo à imparcialidade. Ao contrário, devemos antes nos propor o ideal da objetividade, é claro, inatingível como todo ideal, mas que devemos trazer sempre diante dos olhos, sempre pronto a mantê-los no ensino ou na discussão e buscá-lo constantemente, numa tarefa ininterrupta<sup>43</sup>.

Outro ponto que desejo mencionar é a questão do método. Descartes (1973, p. 37) observou corretamente que “não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem”. A prova de bom senso é usar um método sensato condizente com o assunto que estamos tratando.

O irônico de tudo isto – se não for trágico – é que, provavelmente sem perceber, o historiador já se tornou prisioneiro de sua perspectiva e apenas queira compartilhar conosco daqui-

---

<sup>42</sup> O historiador alemão Johann Lorenz von Mosheim (c. 1693-1755), considerado o “pai da historiografia da igreja”, no século XVIII, escreveu em sua monumental obra de quatro volumes, *Institutes of Ecclesiastical history, ancient and modern*, que: “O tempo em que nós vivemos normalmente tem tanta influência sobre nós que medimos as eras passadas por ele, pensando que anteriormente o que deveria ser feito ou deveria ser impossível é o que hoje está feito ou é impossível. Em seguida as pessoas cujo testemunho deve-se usar, especialmente aquelas que têm sido conhecidas ao longo dos anos por sua santidade e virtude, frequentemente nos levam ao erro por sua autoridade. Por último, o amor à opinião e doutrinas que gozam de nossa afeição frequentemente constroem nossas mentes, e mesmo inconscientemente podemos ter visões errôneas dos fatos. Essa servidão tripla deve, portanto, com toda as nossas forças, ser arrancada de nossas mentes” (VON MOSHEIM, 1850, v. 1, p. 20-21).

<sup>43</sup> Veja-se Latourette (1978, v. 1 p. 19-20).



lo que o enfeitiçou em nome da razão e das evidências<sup>44</sup>. Para isso, ele dispõe da linguagem como meio de comunicação e persuasão, refletindo a organização do seu pensamento e o desejo de também nos “enfeitiçar”.<sup>45</sup> “Persuadir”, “formar as nossas almas”? Não importa... em nome da liberdade de pensamento, sempre pretendemos ter os nossos “cativos”, nos apoderar da “imaginação do povo” (CARVALHO, 1993, p. 11) ou de nossos leitores. Por sua vez, o historiador, como obviamente não consegue ter “todas as visões”, torna-se, de certo modo, cativo de sua perspectiva<sup>46</sup>. Em outros termos: prisioneiro de sua percepção. Daí a importância básica de conhecer e avaliar outras percepções. “Até mesmo uma boa compreensão de uma árvore exige que andemos ao redor dela e a observemos de vários ângulos”, alerta-nos Frame (apud MATHIS, 2013, p. 13). A assimilação de outras perspectivas limitadas, sem dúvida como a nossa, certamente nos fornecerá uma visão mais abrangente e completa, ainda que limitada, da realidade.

O historiador, como o nome já diz, é aquele que julga e, no seu julgamento, encontramos a elaboração da história<sup>47</sup>, cuja

<sup>44</sup> “É notavelmente difícil evitar cair sob o feitiço de nossa própria herança intelectual” (SKINNER, 1999, p. 93).

<sup>45</sup> “A Filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento pelos meios da nossa linguagem” (L. WITTGENSTEIN, 1975, p. 58). Do mesmo modo, diz Skinner (1999, p. 93): “A história da filosofia, e talvez especialmente da filosofia moral, social e política, está aí para nos impedir de sermos muito facilmente enfeitiçados”.

<sup>46</sup> Bem depois dessas conclusões, li por intermédio de Peter Burke (1999, p. 11) que Fernand Braudel (1902-1985) gosta de afirmar que o historiador é prisioneiro de suas suposições e mentalidades. Paul Cézanne (1839-1906), artista de grande sensibilidade, escreveu a seu filho um mês antes de morrer: “Devo dizer que, como pintor, estou começando a enxergar melhor a natureza. Mas, comigo, a realização de minhas sensações é sempre muito difícil. Não consigo captar a intensidade de tudo que se desdobra diante de meus sentidos, não alcanço a riqueza da natureza. Aqui, na beira do rio, os motivos são tantos que um mesmo objeto visto de um ângulo um pouco diferente já daria para estudos de maior interesse; e tão variados são que eu poderia trabalhar por meses a fio sem mudar de lugar, simplesmente olhando um pouco mais para a direita ou para a esquerda” (apud OSTROWER, 2003, p. 127). Veja o comentário feito por Rookmaaker (2015, p. 104-105) a respeito do estilo desenvolvido por Cézanne.

<sup>47</sup> Veja-se a comparação feita por Ginzburg (2002, p. 62-63) entre o juiz e o historiador. Confira também Ginzburg (2011, v. 1, p. 341-358).

matéria-prima é o passado<sup>48</sup>, ou “um certo passado”, “um fragmento do passado” (cf. HUIZINGA, 1994, p. 91), cabendo ao historiador analisar o seu sentido, mudança e transformações (cf. HOBSBAWM, 1998, p. 22). Nesta elaboração, o seu juízo deve ter como compromisso fundamental a não gratuidade. No entanto, o juiz da história não será o historiador nem o povo que a lê, mas a própria história por meio das consequências dos atos daqueles que a fizeram. O valor de um ato histórico está na mesma proporção de seus efeitos. Em outros termos, e com aspectos complementares, tomo emprestada a conceituação de Morgenthau (2003, p. 3): “A prova pela qual tal teoria deve ser julgada tem de caracterizar-se por uma natureza empírica e pragmática, e não apriorística e abstrata”.

Parece-nos, portanto, pertinente a definição do historiador Cairns (1984, p. 14), quando diz ser a história “a reconstrução subjetiva do passado, à luz dos dados colhidos, dos pressupostos do historiador e do ‘clima da opinião’ do seu tempo, além do elemento da liberdade da vontade humana”<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Depois de haver redigido estas linhas, li em Toynbee (1975, p. 13-14): “Como não vemos o futuro até que ele chegue a nós, temos que nos voltar para o passado a fim de esclarecê-lo. Nossa experiência do passado dá-nos a única luz a que temos acesso para iluminar o futuro. A experiência é outro nome para história. Quando falamos de ‘história’, normalmente pensamos na experiência coletiva da raça humana; mas a experiência individual que cada um de nós reúne numa única existência é história igualmente legítima. Na vida privada, como na pública, a experiência é altamente apreciada – e com razão, porque geralmente se reconhece que a experiência auxilia nosso julgamento e assim nos permite fazer escolhas mais sábias e tomar decisões melhores. Em todas as épocas – tanto boas quanto más – naturalmente temos de planejar para o futuro na administração dos nossos futuros humanos. Planejamos para o futuro com a intenção de controlá-lo e moldá-lo para preencher nossas finalidades na medida do possível. Essa tentativa consciente para controlar e modelar o futuro parece ser uma atividade caracteristicamente humana. É um dos traços que nos distingue das outras criaturas com as quais partilhamos nosso lar neste planeta. Não podemos planejar sem olhar para a frente, e não podemos olhar para a frente exceto na medida em que a luz da experiência nos ilumina o futuro”. Com esta citação, não estamos endossando a perspectiva cíclica da História, conforme a defendida pelo autor.

<sup>49</sup> Em outro trabalho, Cairns (1979, p. 15) assim define: “História [...] pode ser definida como a reconstrução literal interpretada do passado humano socialmente significativa, baseada em dados provenientes de documentos estudados por intermédio de métodos científicos”.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distinção, por vezes propalada, por exemplo, entre acadêmico e devocional, acadêmico e confessional, é superficial, imprecisa e ingênua. Toda produção “acadêmica” é confessional. O que deve ser sempre analisado, independentemente do nome que lhe atribuímos, é a fundamentação teórica, o rigor da pesquisa e se as conclusões fazem jus aos documentos.

*Resumindo*, podemos dizer que cinco elementos são fundamentais para o estudo da História: 1. documentação fidedigna; 2. as versões; 3. método consistente de verificação, análise e interpretação dos documentos<sup>50</sup>; 4. a procura constante da imparcialidade (cf. SCHAFF, 1995, p. 282-283) na análise dos fatos e na elaboração das conclusões. Em outras palavras: a busca da verdade jamais deve ser abandonada pelo historiador<sup>51</sup>; 5. a consciência de que, apesar de nossa seriedade, o nosso trabalho é limitado; portanto, devemos ter sempre em mente que: a nossa perspectiva não é a única “correta” nem a definitiva; as nossas conclusões são passíveis de questionamentos. Em suma, a história precisará sempre ser reescrita, se não necessariamente para corrigi-la, pelo menos para ampliar os seus elementos – por meio de novos documentos e de novas leituras –, apresentando uma visão mais abrangente e profunda da realidade. Portanto, sejamos modestos (cf. LE GOFF, 1994, p. 144-146).

Quanto à suposta dificuldade própria da proximidade do objeto, mudando o que deve ser mudado, devemos nos lembrar da observação de Claude Rivière (2000, p. 13): “Pertencer a uma cultura estudada não é nem uma desvantagem nem uma necessidade para o antropólogo, o importante é pos-

<sup>50</sup> É bastante instrutiva a descrição que Tucídides (1982, Livro I, Caps. 20-22) faz de sua metodologia.

<sup>51</sup> “Também (juntamente com Arnaldo Momigliano) eu sustento que encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores” (GINZBURG, 2002, p. 61). Jean Mabillon (1990, p. 104), o historiador beneditino, escrevera: “Como o amor da justiça é a primeira qualidade de um juiz, assim a primeira qualidade de um historiador é o amor e a procura da verdade das coisas passadas”. Além disso, assinala a necessidade de um comprometimento com as suas fontes, envolvendo sinceridade e boa-fé naquilo que escreve (MABILLON, 1990, p. 107).

suir a bagagem teórica e metodológica que lhe permita uma distanciação científica”. Pergunto: seria isso suficiente? Sem dúvida é necessário, contudo, é suficiente? Acredito que Rivière está correto em sua teoria, contudo, entusiasma-se demais com o canto da sereia da objetividade científica, da “distanciação científica”. Creio que somada à observação de Rivière, devemos atentar – como uma espécie de pequena dose de ceticismo –, ao que afirmou Briggs (1998, p. 301): “Quanto mais próximos se encontram os historiadores sociais da sua própria época, mais difícil se torna para eles terem a certeza de que compreenderam os aspectos essenciais dela”.

O filósofo Abbagnano (1901-1990) observa com propriedade que: “

Cada época vive de uma tradição e de uma herança cultural das quais fazem parte os valores fundamentais que inspiram as suas atitudes. Esta tradição, porém, especialmente nas épocas de transição e renovação, nunca consiste em herança passiva ou automaticamente transmitida, mas sim na escolha de uma herança (ABBAGNANO, 1984, v. 5, p. 14).

Se isto é válido para o Humanismo, contexto do qual trata o autor do pensamento acima, o é também para o Iluminismo e outros períodos da história. Os iluministas, por exemplo, herdaram por opção o pensamento filosófico do Humanismo Renascentista, com as contribuições racionalistas subsequentes, encarnando alguns de seus valores, adaptando-os às suas necessidades, conforme a sua perspectiva do mundo e da história. Contudo, devemos observar que se esta herança não é “passiva”, envolvendo sempre uma “escolha”, ela traz em seu bojo, no mínimo, uma “pitada” de determinação histórica, isto porque o homem em suas escolhas – por mais livres que sejam – traz em si um condicionante de sua época, quer tenha consciência disso, quer não. O rompimento com um tipo de pensamento é feito à luz da própria história que nos cerca; tentar negar isto equivale a subverter o sentido de nossa própria historicidade. “Desligar-se da História é sinônimo de cortar o nosso vínculo arterial com a humanidade” (MAY, 1977, p. 63) e, conseqüentemente, fechar a porta que dá acesso à possibili-

dade de sua compreensão.

Lendo Ripanti (1998, p. 376) interpretando o pensamento do filósofo Hans G. Gadamer (1900-2002), encontrei esta observação: “Pertencer à história significa estar inserido no interior de uma tradição, uma língua, uma cultura, no interior de um devir histórico que já determina originariamente as suas pré-compreensões”.

Portanto, a história e a sua interpretação são feitas a partir de nossas escolhas e do caminho que seguimos a partir daí. Somos agentes ativos, e não simplesmente o produto da história ou de explicações históricas. A história é uma investigação, portanto, ela deverá sempre estar sob suspeita, no sentido de que novos documentos e interpretações podem nos conduzir a uma aproximação mais fiel do fato. Como princípio metodológico sincero, este diálogo jamais deve terminar enquanto a história existir.

## HISTORY AND METHOD: A COMPLEX RELATIONSHIP SEEN BY A THEOLOGIAN

---

### ABSTRACT

In this article, Costa, as a theologian, lays out his faith founded on biblical accounts. From there, he describes the difficulty for the historian in getting to the truth of the facts, depending always on available documents, the versions that are not free from assumptions, and also the assumptions of those who read what they read, and how they read. Assuming these and other difficulties, he proposes that the pursuit of objectivity in the search for truth, with all its difficulties, should never be abandoned.

---

### KEYWORDS

History. Method. Documents. Interpretation. Assumptions.

## REFERÊNCIAS

---

- ABBAGNANO, N. *História da filosofia*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1984. v. 5.
- ABBAGNANO, N.; VISALBERGHI, A. *Historia de la pedagogía*. 9. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- ARIÈS, P. A história das mentalidades: In: LE GOFF, J. (Ed.). *A história nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, v. 4).
- ARON, R. *Estudos políticos*. 2. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1985.
- BARTH, K. *A palavra de Deus e a palavra do homem*. São Paulo: Novo Século, 2004.
- BARTH, K. *Esboço de uma dogmática*. São Paulo: Fonte Editorial, 2006.
- BAVINCK, H. *Teologia sistemática*. Santa Bárbara d'Oeste: Socep, 2001.
- BERKHOF, L. *Teologia sistemática*. Campinas, SP: Luz para o Caminho, 1990.
- BERLIN, I. O problema de Maquiavel. In: *Curso de introdução à ciência política*. Brasília, DF: Editora UnB, 1982.
- BLOCH, M. *Apologia da história, ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOISACQ, É. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque, étudiée dans ses rapports avec les autres langues indo-européennes*. Heidelberg: Carl Winter's; Paris: Librairie C. Klincksieck, 1916. v. 2, p. 385.
- BRIGGS, A. *História social de Inglaterra*. Lisboa: Presença, 1998.

BURCKHARDT, J. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BURKE, P. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 7-37.

BURKE, P. *As fortunas d'O Cortesão*. A recepção europeia a O cortesão de Castiglione. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BURKE, P. *O Renascimento italiano: cultura e sociedade na Itália*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

BÜSCHSEL, H. M. Φ. In: KITTEL, G.; FRIEDRICH, G. (Eds.). *Theological dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1982. v. 3, p. 391-396.

CAIRNS, E. E. *God and man in time: a Christian approach to historiography*. Grand Rapids, MI: Baker, 1979.

CAIRNS, E. E. *O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1984.

CARR, E. H. *O que é história?* 3. ed. 7. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CARSON, D. A. *O Deus amoraçado: o cristianismo confronta o pluralismo*. São Paulo: Shedd Publicações, 2013.

CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CHEVALLIER, J.-J. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir; Brasília, DF: Editora UnB, 1982.

CLARK, G. H. *Uma visão cristã dos homens e do mundo*. Brasília, DF: Monergismo, 2013.

COLLINGWOOD, R. G. *A ideia de história*. Lisboa: Presença, s. d.

CONDREN, C. Marsílio e Maquiavel: In: FITZGERALD, R. (Org.). *Pensadores políticos comparados*. Brasília, DF: Editora UnB, 1983. p. 93-109.

COROMINAS, J. *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madri: Gredos, 1954. v. 2, p. 926.

COSTA, H. M. P. *A inspiração e inerrância das escrituras*. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

COSTA, H. M. P. A ciência e a sua “autonomia”: ciência ou fé? Rompendo em fé com a fé. *Ciências da Religião: história e sociedade*, v. 8, n. 1, p. 61-97, 2010.

COSTA, H. M. P. *A Tua palavra é a verdade*. 2. ed. Brasília, DF: Monergismo, 2012.

COSTA, H. M. P. *Eu creio: no Pai, no Filho e no Espírito Santo*. São José dos Campos: Fiel, 2014.

CRAIG, W. L. *Apologética cristã para questões difíceis da vida*. São Paulo: Vida Nova, 2010.

CRAMPTON, W. G.; BACON, R. E. *Em direção a uma cosmovisão cristã*. Brasília, DF: Monergismo, 2010.

DAWSON, C. *Dinâmicas da história do mundo*. São Paulo: É Realizações, 2010.

DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DELUMEAU, J. *A civilização do renascimento*. Lisboa: Estampa, 1984. v. 1.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, v. 15).

DUBY, G. O prazer do historiador: In: NORA, P. et. al. *Ensaio de ego-história*. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 109-137.

DUBY, G. *Ano 1000, ano 2000, na pista de nossos medos*. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 1999.

DUROSELLE, J.-B. *Todo império perecerá*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

ESPINOSA, B. *Tratado político*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, v. 17).



FEBVRE, L. *O problema da descrença no século XVI*. Lisboa: Editorial Início, 1970.

GAFFAREL, P. Notícias biográficas. In: LÉRY, J. de. *Viagem à terra do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1951.

GEERTZ, C. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GEORGE, T. *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1994.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, C. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, C. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. da. (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. v. 1, p. 341-358.

GLÉNISSON, J. *Iniciação aos estudos históricos*. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977.

GREER JUNIOR, C. P. Refletindo honestamente sobre a história: In: MACARTHUR JUNIOR, J. F. (Ed.). *Pense biblicamente! Recuperando a visão cristã do mundo*. São Paulo: Hagnos, 2005. p. 397-439.

HAWKING, S. *Os gênios da ciência: sobre os ombros do gigante*. As mais importantes ideias e descobertas da física e da astronomia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HEGEL, G. W. F. *Introdução à história da filosofia*. 3. ed. Coimbra: Arménio Amado, Editor, Sucessor, 1974.

HERÁCLITO. *Fragments*, 129. In: BERGE, D. *O logos Heraclítico: introdução ao estudo dos fragmentos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

HERÓDOTO. *História*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, [s. d.].

- HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. 7. ed. Coimbra: Arménio Amado, Editor, 1976.
- HIRSCHBERGER, J. *História da filosofia na Antiguidade*. 2. ed. São Paulo: Herder, 1969.
- HOBSBAWM, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HUIZINGA, J. *El concepto de la historia y otros ensayos*. 4. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- JOHNSON, P. *O Renascimento*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JOHNSON, P. E. Prefácio à obra de Nancy Pearcey. In: PEARCEY, N. *A verdade absoluta: libertando o cristianismo de seu cativo cultural*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2006.
- KUYPER, A. *Calvinismo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.
- LATOURETTE, K. S. *Historia del cristianismo*. 4. ed. Buenos Aires: Casa Bautista de Publicaciones, 1978. v. 1.
- LE GOFF, J. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- LE GOFF, J. Tempo: In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Coord.). *Dicionário temático do ocidente medieval*. Bauru: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 2, p. 531-541.
- LÉRY, J. de. *Viagem à terra do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1951.
- LEWIS, C. S. *A essência do cristianismo autêntico*. São Paulo: Aliança Bíblica Universitária, [s. d.].
- LEWIS, C. S. *Cartas do inferno*. São Paulo: Vida Nova, 1964.
- MCGRATH, A. E. *Fundamentos do diálogo entre ciência e religião*. São Paulo: Loyola, 2005.

- MABILLON, J. *Brèves réflexions sur quelques règles de l'histoire*. Paris: POL, 1990.
- MACGRATH, A. E. *Lutero e a teologia da cruz*. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.
- MACHEN, J. G. *Cristianismo e liberalismo*. São Paulo: Os Puritanos, 2001.
- MARROU, H. I. *Do conhecimento histórico*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, [s. d.].
- MATHIS, D. Introdução: In: PIPER, J.; MATHIS, D. (Org.). *Pensar – Amar – Fazer*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013. p. 9-22.
- MAY, R. *Psicologia e dilema humano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- MCGREGOR WRIGHT, R. K. *A soberania banida: redenção para a cultura pós-moderna*. São Paulo: Cultura Cristã, 1998.
- MEDEIROS, C. B. T. *Jean de Léry e a escrita da história: uma heterologia calvinista*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.
- MELLO, E. C. de. Entrevista à *Folha de São Paulo*, São Paulo. 31 mar. 1996. Caderno *Mais!*, p. 5.
- MERLEAU-PONTY, M. *Elogio da filosofia*. 2. ed. Lisboa: Guimarães & C.<sup>a</sup> Editores, 1979. (Coleção Ideia Nova)
- MOHLER JUNIOR, R. A. Pregar com a cultura em mente: In: DEVER, M. (Ed.). *A pregação da cruz*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010a.
- MOHLER JUNIOR, R. A. *O desaparecimento de Deus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010b.
- MORA, J. F. *Diccionario de filosofia*. 5. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1969. v. 1.
- MOREIRA, M. M. O pensamento político de Maquiavel. In: *Maquiavel, O Príncipe*: Estudos. Brasília, DF: Editora UnB, 1982.

MORELAND, J. P.; CRAIG, W. L. *Filosofia e cosmovisão cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2005.

MORGENTHAU, H. J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília, DF: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2003.

NOLL, M. A. *Momentos decisivos na história do cristianismo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

ORTEGA Y GASSET, J. *A desumanização da arte*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ORTEGA Y GASSET, J. Adão no Paraíso. In: SÁNCHEZ, J. E. *Ortega y Gasset*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

OSTROWER, F. *A grandeza humana: cinco séculos, cinco gênios da arte*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PEARCEY, N. R.; THAXTON, C. B. *A alma da ciência*. São Paulo: Cultura Cristã, 2005.

PISTONE, S. Maquiavelismo: In: BOBBIO, N. et al. (Ed.). *Dicionário de política*. 6. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1994. v. 2.

PLANTINGA, A.; TOOLEY, M. *Conhecimento de Deus*. São Paulo: Vida Nova, 2014.

PLATÃO. Fédon: In: PLATÃO. *Diálogos: Mênon – Banquete – Fedro*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. (Os Pensadores, v. 3)

PLATÃO. *Teeteto* – Crátilo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

PLATÃO. Fedro: In: PLATÃO. *Diálogos: Mênon – Banquete – Fedro*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [s.d.].

RIPANTI, G. Hans Georg Gadamer: a alteridade da hermenêutica teológica. In: PENZO, G.; GIBELLINI, R. (Org.). *Deus na filosofia do século XX*. São Paulo: Loyola, 1998. p. 373-381.

RICHARDSON, A. *Así se hicieron los credos: una breve introducción a la historia de la doctrina cristiana*. Barcelona: Editorial CLIE, 1999.

RIVIÈRE, C. *Introdução à antropologia*. Lisboa: Edições 70, 2000.

ROOKMAAKER, H. R. *A arte não precisa de justificativa*. Viçosa: Ultimato, 2010.

ROOKMAAKER, H. R. *A arte moderna e a morte de uma cultura*. Viçosa: Ultimato, 2015.

ROSSI, P. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: Edusc, 2001.

ROSSI, P. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ROUSSEAU, J.-J. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, v. 24).

RUSSEL, B. *História da filosofia ocidental*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. v. 1.

SCHAEFFER, F. A. *O Deus que intervém*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

SCHAEFFER, Fr. A. *Como viveremos?* São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

SCHAEFFER, F. A. O grande desastre evangélico. In: SCHAEFFER, F. A. *A Igreja no século 21*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

SCHAFF, A. *História e verdade*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SIRE, J. W. *O universo ao lado*. São Paulo: Hagnos, 2004.

SIRE, J. W. *Dando nome ao elefante: cosmovisão como um conceito*. Brasília, DF: Monergismo, 2012.

SKINNER, Q. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Cambridge University Press, 1999.

- SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- SPROUL, R. C. Oh! Como amo a tua lei. In: KISTLER, D. (Org.). *Crer e observar: o cristão e a obediência*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009. p. 11-20.
- STRAUSS, L. Nicolás Maquiavelo: In: STRAUSS, L.; CROPSEY, J. (Comps.). *Historia de la filosofía política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 286-304.
- TOYNBEE, A. J. *O desafio do nosso tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília, DF: Editora UnB, 1982.
- VAN TIL, Henry H. *O conceito calvinista de cultura*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.
- VEITH JUNIOR, G. E. *De todo o teu entendimento*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.
- VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, v. 23).
- VON MOSHEIM, J. L. *Institutes of ecclesiastical history, ancient and modern*. 2. ed. London: Longman & Co., 1850. v. 1.
- WARREN, R. A batalha pela sua mente. In: PIPER, J.; MATHIS, D. (Org.). *Pensar – Amar – Fazer*. São Paulo: Cultura Cristã, 2013. p. 23-43.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Os Pensadores, v. 46).

Recebido em fevereiro de 2016.

Aprovado em março de 2016.